

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS  
CONDEPACC**

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

**ATA 432**

Aos 25 dias do mês de maio de 2014, com início às 10h10m, realiza-se no Planetário – Parque Portugal – Portão 07, a quadringentésima trigésima segunda reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas – CONDEPACC, sob a presidência de Claudiney Rodrigues Carrasco e com a presença dos seguintes conselheiros: Simone Medeiros Eyer Thomaz, titular da Secretaria Municipal de Urbanismo – Cláudio Natal Orlandi, titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura – Paula A. L. Angeli, titular da Secretaria Municipal de Planejamento – Nelson Ribeiro Machado, titular da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – Daisy Serra Ribeiro, Antônio Henrique Felice Anunziata, titular e suplente da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) – Marcelo Alexandre Juliano, titular do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB – Jamil Cury Sawaya, titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Sérgio Galvão Caponi, titular da Academia Campineira de Letras e Artes – Regina Márcia Moura Tavares, titular da Academia Campinense de Letras – Rose Mary Lopes Lima, titular da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Ana Maria Sorrosal, titular das Entidades Ambientais – Orlando Rodrigues Ferreira, titular da Associação Campineira de Imprensa – João Manuel Verde dos Santos, titular da Associação Regional de Escritórios de Arquitetura – AREA – Roberto Baldin Simionatto, titular da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas – AEAC – Olga R. De Moraes von Simson, titular do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas – IHGGC – Mário Gravem Borges, suplente do Conselho Municipal de Cultura – Carlos Alexandre Silva, titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA – Herberto Guimarães, vice-presidente e conselheiro emérito.

**COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE:** O presidente Claudiney Rodrigues Carrasco cumprimenta a todos os presentes e justifica a ausência dos conselheiros: Adriana Flosi, Ana Goes Monteiro, Eliane Tortello, Maria Rita Amoroso, Pe. José Eduardo Meschiatti, César Capacle e Roberto Santos Alberto. Continuando passa para as comunicações da mesa: 1º) estão sendo feitos testes no concreto do Centro de Convivência, que terá a duração de 90 a 120 dias para que se avalie o estado desse concreto na Arena. É um processo lento, cuidadoso, para que se possa fazer uma reforma definitiva. Depois dos testes concluídos, com avaliação de necessidade maior ou menor de intervenção no concreto é que se terá a noção exata de quanto vai custar a reforma; além do concreto o projeto contempla a espaço interno (sala interna, cênica, palco). É efetivamente o começo. 2º) neste próximo final de semana, dias 31.05 e 01.06, acontecerá a Virada Cultural, com uma programação vasta e extensa no Largo do Rosário, Teatro Castro Mendes, SESC e Estação Cultura. Além das atrações do Estado, Campinas traz uma

programação com artistas locais e nacionais na Estação Cultura, sendo que no local também haverá o evento gastronômico. A programação completa pode ser vista no Facebook na página da Cultura, no Ver e Ouvir e através do link da Virada do Estado. 3º) esteve semana passada em evento do Ministério da Cultura "Teia Nacional da Diversidade 2014" "1º Fórum de Gestores e comunidades dos CEUs Centros de Artes e Esportes Unificados)" em Natal/RN. A programação contou com o Fórum dos Pontos de Cultura, o Fórum dos Gestores de Cultura e o Fórum Cidadania e Diversidade. Nesse evento em uma das mesas aconteceu o encontro de afrodescendentes com representantes de três dos primeiros terreiros tombados da Bahia e do IPHAN. Os terreiros foram tombados como patrimônio imaterial, que há época ainda não era designado dessa forma. Os representantes dos Terreiros tombados estavam muito bravos, com reclamações referentes às reformas de manutenção que os espaços necessitam para inclusive preservar as atividades que praticam, pois não conseguem autorização do IPHAN, mesmo sendo a atividade que o Terreiro tem que é tombada. É complicado para trocar uma janela. Faz este comunicado para reiterar a afirmação feita na reunião passada, Campinas é vanguarda em patrimônio não só material como imaterial. Redamamos muito, mas é um trabalho que deve ser muito respeitado. A conselheira e coordenadora da CSPC Daisy Serra Ribeiro conta que a comissão responsável para discutir algumas questões jurídicas como o IPTU fez uma reunião esta semana na CSPC. Sentou com o conselheiro Herberto Guimarães e o Quincas e discutiram muitas questões que precisam ser avaliadas na Lei do IPTU. Na análise feita passo a passo através de todas as leis e decretos não acharam justificativa para a não isenção de IPTU para bens tombados. Algumas leis por estarem conflitantes com as novas foram revogadas, assim como algumas foram revogadas por substituição de outras que regulamentam algumas isenções, mas quanto a bem tombado, foram feitas novas exigências em termos de documentação, mas especificamente continua existindo. O conselheiro e vice-presidente Herberto Guimarães diz que todas as leis que tratam de isenções independente de serem revogadas por conta de novas leis que tratam do mesmo assunto mantiveram a isenção relativa a bem tombado; lembrando que outros tipos de isenção não invalidam a referente a bens tombados. A conselheira Daisy Serra Ribeiro informa que o conselheiro Herberto auxiliou na feitura e organização de um ofício solicitando esclarecimentos da Secretaria de Finanças, lendo na sequência para todos os presentes. O presidente Claudiney Carrasco esclarece que o ofício deve ser encaminhado da maneira como está para que se tenha uma resposta, após verificaremos os itens que devem ser tirados da lei com encaminhamento à Câmara para serem revogados e mudados. A conselheira Daisy Serra Ribeiro pondera que o ofício deve ser encaminhado do jeito que está e paralelamente vamos rediscutindo os detalhes, pois muitas solicitações de isenção encaminhadas pela CSPC às Finanças não são cumpridas. O conselheiro Herberto Guimarães coloca que em primeiro lugar faremos o questionamento do não cumprimento da lei; em segundo lugar organizamos uma lei para aprovação. A conselheira Daisy Serra Ribeiro comenta que o momento dos proprietários entrarem com pedidos de isenção é no segundo semestre, portanto, acredita ser

conveniente encaminhar este ofício para propiciar aos interessados a isenção para o próximo ano. O presidente Claudiney Carrasco diz que a lei original diz que o bem tombado é isento de IPTU e assim deve ser uma lei simples, sem maiores considerações, que todos os bens tombados sejam isentos de IPTU. O conselheiro Carlos fala que o Comdema entendeu que a indicação para o Condepacc deveria ser do presidente e do vice-presidente do órgão por haver assuntos correlatos. Coloca o Comdema à disposição, pois há pautas no órgão que trata da questão de legislação fiscal e administrativa, podendo ser útil. Crê interessante convocar uma reunião de trabalho com as Finanças e o Jurídico para esclarecimentos, uma reunião com questões bem específicas. O presidente Claudiney Carrasco questiona se será realmente necessária uma reunião, pois a partir do questionamento feito através do ofício a Finanças entende que a lei precisa ser aplicada. Ao longo do tempo vários decretos foram adicionados à lei original e atualmente os proprietários não conseguem a isenção. A partir da análise feita e conforme resposta do ofício daremos os encaminhamentos necessários. O conselheiro Mário Gravem diz que integrou a comissão constituída pelas conselheiras Regina Márcia, Olga, Ana Sorrosal e Rosana Bernardo, cujo relatório foi apresentado ao Conselho. Esta comissão tentou resgatar a flexibilização dos Conselhos na cidade, onde a materialidade e a dinamização do espaço são importantes. Foram definidos estágios sendo que no final foi levantada a questão do IPTU. A conselheira Daisy Serra Ribeiro apresenta a conselheira Paula de Angeli titular da SEPLAN, a conselheira Simone Thomaz titular da Semurb e conselheiro Carlos Alexandre Silva titular do Comdema; apresenta também a Coordenadora da Estação Maria Cecília que foi convidada pela questão do uso do espaço e que está inserida dentro da apresentação da ordem do dia.

**COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS:** O conselheiro Sérgio Caponi convida todos para assistirem no dia 31 de maio, sábado, próximo, às 15h30m, na sede da Academia Campineira de Letras e Artes, Solilóquio do Hamlet (Ser, ou Não Ser) com Joel Barboza; Palestra sobre os 450 anos de Shakespeare com a acadêmica Nair Fobé e Recital do pianista Eduardo Santangelo. No dia 01 de junho às 14h00, domingo, haverá Recital com o pianista Eduardo Santangelo. A conselheira Daisy Serra Ribeiro informa que a apresentação que será feita por técnicos da CSPC é um pré-projeto visando questões que já foram levantadas para a área da Estação. Comenta sobre o e-mail encaminhado pelo conselheiro Mário Gravem sobre a questão da interdisciplinaridade das várias Secretarias Municipais. Continuando diz que será encaminhado aos novos conselheiros cópia de documento apresentado pela conselheira Regina Márcia "O sentido e os caminhos da preservação do patrimônio cultural em Campinas: considerações e recomendações" documento elaborado pela comissão constituída para tratar dessa questão (comissão composta pelos conselheiros: Ana Sorrosal, Olga von Simson, Regina Márcia Moura Tavares, Rosana Bernardo e Mário Gravem). O conselheiro Mário Gravem diz que ao participar do Fórum Municipal de Cultura foi solicitado que o CONDEPACC fosse informado que gostariam que as discussões sobre bens imateriais passassem pelo Conselho Municipal de Cultura para

conhecimento. **EXPEDIENTE:** O presidente Claudiney Carrasco coloca em apreciação das ATAS 430 e 431 – **APROVADAS** com abstenções dos conselheiros Ana Sorrosal e Carlos Alexandre Filho. **ORDEM DO DIA: a – Apresentação de proposta de criação do Parque Cultural Ferroviário** – levantamento feito pelos técnicos da CSPC Sandra Maria Geraldi Milne-Watson, Henrique Anunziata e Luís Antônio Martins Aquino. Apresentação pela técnica Sandra Maria Geraldi Milne-Watson. O presidente Claudiney Carrasco explica que na ordem do dia haverá tema único por ser uma exposição importante, pois a Estação Cultura e todo o Complexo têm sido tratados como área devoluta; diariamente há tentativa de ocupação da Estação, diariamente recebe pedido de sala como se o local fosse abandonado ou um terreno baldio. Esse espaço é de valor inestimável em seu conjunto. Já se pensou para o espaço um projeto de Jaime Lerner que previa a construção de edifícios com ocupação do espaço. Pediu um projeto à CSPC onde se pudesse discutir o local. Nós temos um projeto em transformar a área em um grande parque. É um projeto muito nobre de longo prazo. Existe a possibilidade de se chegar a um momento em que a Estação como Complexo não exista mais. Precisamos preservar a área como um todo, pois o tombamento se refere ao Complexo Ferroviário, onde há construções e onde terreno vazio deve permanecer como terreno vazio. Há muitas propostas de ocupação real de construção. Que não permitamos que isso aconteça. O galpão do relógio é um dos prédios mais nobres e a EMDEC está usando como pátio de carros. A CSPC teve que entrar à força para verificar o que de fato está acontecendo. Estamos em uma gestão que está preocupada em preservar a Estação, com a possibilidade de fazer do local um novo Taquaral, com um parque temático cultural, com um lugar para filme, em outro espaço uma sala de acolhimento como sempre sugere a conselheira Regina Márcia, um museu a céu aberto, que preserve o que todo o complexo significa não só para Campinas, mas para a União como um todo. A conselheira Daisy Serra Ribeiro pede que todos aguardem o final da apresentação e após, façam as colocações que julgarem pertinentes. É um anteprojeto, que terá que cumprir várias etapas, sendo que a primeira fase é de intervenção. Passa a palavra aos técnicos da CSPC para apresentação que se refere ao embasamento histórico do projeto paisagístico de implantação do Parque Cultural Ferroviário. A continuidade da apresentação se dará na íntegra em reunião agendada. **O presidente Claudiney Carrasco pede licença, pois terá que se ausentar para cumprir outro compromisso de agenda. Assume os trabalhos o vice-presidente Herberto Guimarães.** O vice-presidente Herberto Guimarães pede para dar uma sugestão, inclusive para segurança da continuidade da discussão, lembra que na reunião passada o conselheiro Edson Gomes falou sobre o Jambeiro e as questões dos sítios arqueológicos. O Secretário falou quanto à possibilidade de um novo Taquaral, isso reporta ao tombamento do solo, o estudo de tombamento do solo como um sítio arqueológico e assim também devemos pensar com relação aos bens imóveis mesmo que esteja na área envoltória, o que traz o conceito de um Complexo. Se decidirmos abrir o estudo de tombamento nos assenhoremos do espaço, inclusive

para falar, dialogar com o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). A conselheira Daisy Serra Ribeiro lembra que a questão do sítio arqueológico necessita de uma pesquisa, é um estudo do que está no solo. O vice-presidente avalia que se houver esta abertura de estudo todos os órgãos e autoridades deverão ser comunicados. O conselheiro Cláudio Orlandi pergunta se há necessidade juridicamente de documentação do DNIT? Onde se enquadra o Palácio da Mogiana? A conselheira Daisy Serra Ribeiro explica que a documentação do Palácio da Mogiana está presa em outros órgãos, não é a mesma situação da Estação, pois os prédios do Complexo Ferroviário ainda pertencem ao Governo Federal, não pertencem ao Município. O DNIT cuida de todo o acervo ferroviário, é o depositário. Continuando diz que os bens que estão sob a égide de algum Conselho ou bens tombados que fazem parte do grande acervo, onde existe uma legislação aprovada, isso em vários municípios, tem questionamento do DNIT ao município sobre o interesse de posse desse bem. Havendo o interesse o DNIT faz a cessão de uso. O espaço constando como área envoltória, do bem tombado é transitória; temos prédios importantes como a Caixa D'Água. Ao se abrir estudo de tombamento constando a questão arqueológica do solo abre-se a possibilidade de conversa com o DNIT. O técnico da CSPC Joaquim Penteado Neto explica que foi tombado o Complexo Ferroviário regulamentado pela Resolução, mas dentro desse circuito há prédios tombados e outros que estão apenas indusos na área envoltória. A conselheira Daisy Serra Ribeiro esclarece que o tombamento se refere ao perímetro do Complexo, teoricamente todos os prédios dentro desse perímetro deveriam estar dentro do significado de tombado, porém, isso precisa ser detalhado, com todos os bens esses bens e espaços mencionados e especificados. O conselheiro Sérgio Caponi pergunta sobre os 300 m de área envoltória que deixaram de existir. A conselheira Daisy Serra Ribeiro explica que o Governo Estadual extinguiu os 300 m de área envoltória de bens em estudo de tombamento. A questão da área envoltória do Complexo é diferente, pois diz respeito a um bem tombado onde existe uma Resolução que estipula essa área, está regulamentada. Atualmente nos tombamentos não se estipula mais os 300 m, mas determina-se exatamente o perímetro que é de interesse para preservação. O mote do Complexo é muito maior, pois a área tem 250 mil m<sup>2</sup>. O conselheiro Marcelo Juliano coloca que a abertura de estudo permitirá se estudar todos os espaços vazios que estão dentro do perímetro, desde os bens imóveis, como subsolo e os aspectos arqueológicos. O conselheiro Sérgio Caponi diz que em Belém do Pará, o Cais original foi revitalizado, quem vai ao local não tem vontade de ir embora. Campinas tem a vocação cultural, ultimamente é dramática a questão de segurança, portanto, o projeto tem que ter um vínculo com a vida da Cidade para que o local seja revitalizado. O vice-presidente Herberto Guimarães faz o encaminhamento para votação de proposta de abertura de estudo de tombamento compreendendo toda a área constando de solo, subsolo, área limítrofe, bens imóveis que não constam como tombados, assim como os acessórios que compõem o Complexo –

**APROVADO por unanimidade a abertura de Estudo de Tombamento da**

**“Área Remanescente do Complexo Ferroviário Central da antiga FEPASA”,** situada à Praça Marechal Floriano Peixoto s/nº, Centro, composta de: - **a) Companhia Paulista de Estradas de Ferro:** 1 – Cabina 01; 2 – Depósito das Locomotivas Elétricas; 3 – Depósito das Locomotivas a Vapor; 4 – Vestiário das Locomotivas a Vapor; 5 – Casa de Areia; 6 – Prédio da Administração da Casa de Carros; 7 – Alvenaria da Caixa D’água da antiga Rotunda; 8 – Casa do Rádio; 9 – Prolongamento em Estrutura Metálica da Baldeação; 10 – Baldeação; 11 – Escritório da Baldeação CM/CP (paredes remanescentes); 12 – Poço; 13 – Balança; 14 – Cabina 02; 15 – Departamento de Linhas; 16 – Controle de Tráfego Centralizado; 17 – Torres de Sustentação da Catenária; 18 – Torres de Iluminação; 19 – Bueiro Capeado, pátios da CP/CM. **b) Companhia Mogyana de Estradas de Ferro:** 20 – Escola Ferroviária; 21 – Vestiário da antiga Quadra de Esportes; 22 – Restaurante; 23 – Pagadoria; 24 – Vestiário Coletivo; 25 – Oficina Nova; 26 – Museu; 27 – Mictório da Oficina; 28 – Areeiro; 29 – Depósito de Ferro - 1º Fundação; 30 – Depósito de Oleo e Bronze; 31 – Nova Casa de Carros. **c) Pátios da CM e CP:** 32 – Espaços vazios, entre as edificações que compõem o Conjunto Ferroviário (Complexo Ferroviário), situados entre o Depósito da Locomotiva a vapor da CP e a Rotunda da CM; 33 – Trilhos das linhas mortas – **Processo nº. 004/2014.** O Conselho **Assiste a apresentação de proposta de criação do Parque Cultural Ferroviário solicitando que a exposição completa seja feita em reunião agendada e APROVA a Abertura de Processo Estudo de Tombamento nº. 004/14 - “Área Remanescente do Complexo Ferroviário Central da antiga FEPASA”,** situada à Praça Marechal Floriano Peixoto s/nº. Fica a CSPC de forma urgente emitir comunicado a todas as autoridades competentes notificando a abertura de estudo de tombamento. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares lembra que quando ocupou por 8 anos o Palácio da Mogiana teve sérios embates com o órgão responsável pelo patrimônio ferroviário, pois as relações são muito difíceis por haver um jogo de empurra e empurra. O conselheiro Carlos Alexandre Silva informa que as reuniões do Condepacc estão agendadas para os mesmos dias de reunião do Comdema, um na parte da manhã e o outro no período da tarde. Pedê que se tente exaurir os trabalhos no horário determinado para que uma não comprometa a outra, sem querer de maneira alguma interferir no modo de condução deste Conselho. Continuando fala do Fundo de Interesses Difusos que é mantido é mantido por ações civis públicas e seus recursos são destinados ao ressarcimento, à coletividade, dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, no âmbito do território do Estado de São Paulo. O valor aproximado deste fundo é de trinta milhões para ter financiamento. Se algumas dessas áreas de interesse do CONDEPACC estiverem no Fundo principalmente na recuperação ambiental do Complexo, acha pertinente que se faça um projeto indusive com parcerias entre outras secretarias e assim poder pleitear recursos no quesito arqueologia. A conselheira Daisy Serra Ribeiro informa que já foi indicado Conselheiro para representação do CONDEPACC neste Fundo. O conselheiro Mário Gravem diz que sem falsa modéstia foi maravilhoso o encaminhamento conceitual

do trabalho apresentado pela Comissão através da conselheira Regina Márcia. Num segundo momento todo o encaminhamento pessoal que faz no Centro Histórico quanto a apontar os defeitos é uma mostra de seu amor pela Cidade. A demolição de um imóvel é a depauperização arquitetônica, histórica e física do bem, por isso há necessidade de revitalização do Centro com restauração e recidagem de espaços, pensando sobre a construção civil que visa apenas a verticalização. Vejamos o exemplo da Algodoeira Esteves em Piracicaba que foi pensada de maneira harmônica e bem coreografada com empresas e construtoras. A convidada Maria Cecília reforça que a intenção é chamar a atenção para a importância desse Complexo para a Cidade e o País. O maior desafio é conseguir mostrar ao Prefeito a importância do espaço por ser fundamental para que se preserve a história do local. A conselheira Regina Márcia Moura Tavares pondera que se sensibilize a Prefeitura através da figura do Prefeito, assim como envolver a população. Quando veio para Campinas no final dos anos 60, seu marido trabalhava na CPFL e a pergunta que todos faziam era se ele era engenheiro da Tração, que tinha a ver com os bondes e a geração de energia inclusive da Ferrovia. É o momento de a CSPC fazer um convite formal à população, inclusive via jornal, solicitando o auxílio de pessoas que tenham informações e/ou interesse no Complexo. A conselheira Daisy Serra Ribeiro diz que: 1 – concorda com a Maria Cecília e com a conselheira Regina Márcia quanto à necessidade de pressão na administração executiva e também na legislativa. É muito importante que o Condepacc através dos Conselheiros perceba que é fundamental o posicionamento do Conselho para o enfrentamento; 2 – pessoalmente tem a tendência de agregar. Há uma série de Secretarias e Órgãos que ocupam o espaço e as pessoas não tem consciência da importância do Complexo e dos prédios, portanto, há necessidade de trazê-los para o Conselho, principalmente para o entendimento da importância de cuidar dos locais que ocupam. A conselheira Olga von Simson fala que como força de pressão, devemos lembrar que a maioria dos funcionários que trabalharam na Ferrovia são negros e através de suas entidades culturais podem nos auxiliar neste trabalho, assim como ir em busca do apoio do Sindicato dos Ferroviários. **REFERENDO DO CONSELHO – Ciência (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 01 – Ofício nº. 42/2014 – GS/SEMURB.** Interessado: Secretaria Municipal de Urbanismo. Assunto: substituição de representante titular da SEMURB junto ao CONDEPACC, reiterando a suplente – titular: Simone Medeiros Eyer Thomaz; suplente: Ana Lúcia Tonon. O Conselho **referenda ciência** da substituição de representante titular da SEMURB junto ao CONDEPACC, reiterando a suplente – titular: Simone Medeiros Eyer Thomaz; suplente: Ana Lúcia Tonon. / **02 – Protocolado nº. 13/156/4989.** Interessado: COFIT – coordenadoria de Fiscalização de Terrenos. Assunto: fiscalização sobre obstrução de passeio público na lateral da Escola Estadual Carlos Gomes, tombado pelo CONDEPACC conforme Processo nº. 003/97, Resolução nº. 027/97. Encaminhamento à Secretaria de Serviços Públicos para providências necessárias. O Conselho **referenda ciência** de fiscalização sobre obstrução de passeio público na lateral da Escola Estadual Carlos Gomes, tombado pelo CONDEPACC conforme Processo nº. 003/97,

Resolução nº. 027/97. / **03 – Ofício GAB/SETRANSP Nº. 044/14.** Interessado: Secretaria Municipal de Transportes. Assunto: Projeto de Implantação dos corredores do BRT. O Conselho **referenda ciência** sobre Projeto de Implantação dos corredores do BRT. **REFERENDO DO CONSELHO aos pareceres favoráveis da CSPC (ficando aberto para vistas de Conselheiros por 05 dias): 04 – Protocolado nº. 14/10/23399 PG.** Interessado: Orestes Cavicchioli. Assunto: solicitação para aprovação de projeto de regularização de ampliação residencial à Rua Odilla Maia Rocha Brito nº. 42, lote 21, QT. 709, em estudo de tombamento conforme Processo nº. 003/2004 – Traçado Urbanístico do Bairro Nova Campinas. Parecer favorável da CSPC ao pretendido por se tratar de regularização de apenas 60,01 m<sup>2</sup>, não alterando o gabarito de altura. O Conselho **referenda e aprova** conforme parecer favorável da CSPC a aprovação de projeto de regularização de ampliação residencial à Rua Odilla Maia Rocha Brito nº. 42, lote 21, QT. 709, em estudo de tombamento conforme Processo nº. 003/2004 – Traçado Urbanístico do Bairro Nova Campinas por se tratar de regularização de apenas 60,01 m<sup>2</sup>, não alterando o gabarito de altura. / **05 – Protocolado nº. 14/10/16308 PG.** Interessado: Associação Pierre Bonhomme. Assunto: solicitação para execução de pequenas reformas: reforma de 35 m<sup>2</sup> do telhado e revisão das calhas, onde necessário com colocação de subcobertura e substituição de telhas; pintura das paredes laterais, com substituição do reboco onde necessário; reforma de janela de madeira da fachada, em edifício tombado pelo Condepacc, conhecido como antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus, Processo de Tombamento nº. 007/94, Resolução nº. 022/1995. Parecer favorável da CSPC ao pretendido por se tratar de medidas para a manutenção e bom funcionamento da edificação. O Conselho **referenda e aprova** conforme parecer favorável da CSPC a execução de pequenas reformas por se tratar de medidas para a manutenção e bom funcionamento da edificação - antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus, Processo de Tombamento nº. 007/94, Resolução nº. 022/1995. / **06 – Protocolado nº. 14/11/05646 PDU.** Interessado: Rafael David Satte da Costa. Assunto: solicitação para aprovação de projeto de construção residencial unifamiliar à Rua Francisco Fernandes nº. 81, lote 11, QT. 9721, bem inserido em área envoltória não regulamentada do Conjunto Arquitetônico da antiga Fazenda Jambeiro. Parecer favorável da CSPC ao pretendido por se tratar de construção com 140,13 m<sup>2</sup> de área construída e com gabarito de altura menor que oito metros não prejudicando a visibilidade dos bens tombados pelo Condepacc. O Conselho **referenda e aprova** conforme parecer favorável da CSPC à aprovação de projeto de construção residencial unifamiliar à Rua Francisco Fernandes nº. 81, lote 11, QT. 9721, bem inserido em área envoltória não regulamentada do Conjunto Arquitetônico da antiga Fazenda Jambeiro por se tratar de construção com 140,13 m<sup>2</sup> de área construída e com gabarito de altura menor que oito metros não prejudicando a visibilidade dos bens tombados pelo Condepacc. / **07 – Protocolado nº. 14/11/05466 PDU.** Interessado: Lineu Renato Henriques. Assunto: solicitação para aprovação de projeto de construção residencial à Rua Francisco Fernandes Mendes nº. 141, lote 5 sub, QT. 9721, bem inserido em área envoltória não regulamentada do Conjunto Arquitetônico da



antiga Fazenda Jambeiro. Parecer favorável da CSPC ao pretendido por se tratar de pequena construção (84,16 m<sup>2</sup> de área construída) com gabarito de altura menor que oito metros não prejudicando a visibilidade dos bens tombados pelo Condepacc. O Conselho **referenda e aprova** conforme parecer favorável da CSPC a aprovação de projeto de construção residencial à Rua Francisco Fernandes Mendes nº. 141, lote 5 sub, QT. 9721, bem inserido em área envoltória não regulamentada do Conjunto Arquitetônico da antiga Fazenda Jambeiro por se tratar de pequena construção (84,16 m<sup>2</sup> de área construída) com gabarito de altura menor que oito metros não prejudicando a visibilidade dos bens tombados pelo Condepacc. / **08 – Protocolado nº. 14/11/05467 PDU.** Interessado: Lineu Renato Henriques. Assunto: solicitação para aprovação de projeto de construção residencial à Rua Francisco Fernandes Mendes nº. 137, lote 5 A, QT. 9721, bem inserido em área envoltória não regulamentada do Conjunto Arquitetônico da antiga Fazenda Jambeiro. Parecer favorável da CSPC ao pretendido por se tratar de pequena construção (83,42 m<sup>2</sup> de área construída) com gabarito de altura menor que oito metros não prejudicando a visibilidade dos bens tombados pelo Condepacc. O Conselho **referenda e aprova** conforme parecer favorável da CSPC a aprovação de projeto de construção residencial à Rua Francisco Fernandes Mendes nº. 137, lote 5 sub, QT. 9721, bem inserido em área envoltória não regulamentada do Conjunto Arquitetônico da antiga Fazenda Jambeiro por se tratar de pequena construção (83,42 m<sup>2</sup> de área construída) com gabarito de altura menor que oito metros não prejudicando a visibilidade dos bens tombados pelo Condepacc. Nada mais havendo, o vice-presidente Herberto Guimarães agradece a todos e encerra a reunião, da qual eu, Rita de Cássia Barthasar de Paula, transcrevo a presente Ata, que deverá ser aprovada pelo CONDEPACC. Campinas, 25 de maio de 2014.